

O imperativo gramatical nas capitais do Nordeste: análise sociolinguística de dados do ALiB

Josane Moreira de Oliveira
(UEFS/UFBA)¹

Introdução

Dentre os muitos fenômenos variáveis que caracterizam o português brasileiro está a expressão do imperativo verbal, que pode ser realizado com a forma associada ao modo indicativo (Me *dá* um guaraná aí!, Não *faz* barulho!, Não *faz* zoadá!, *Vem* tomar café comigo!) ou com a forma associada ao modo subjuntivo (Por favor, me *dê* um guaraná aí!, Não *faça* barulho!, *Venha* tomar café conosco!).

Alguns estudos já documentaram e analisaram o uso variável do imperativo gramatical em diferentes localidades do Brasil (FARACO, 1986; SCHERRE et alii, 2000; MATTOS e WICKERT, 2003; SCHERRE, 2004a; SCHERRE, 2004b; CARDOSO, 2004; LIMA, 2005; SCHERRE, 2007; SCHERRE et alii, 2007; SCHERRE, 2008; CARDOSO, 2009; EVANGELISTA, 2009; ROST-SNICHELOTTO, 2009; CARDOSO e SCHERRE, 2011; CARDOSO, 2012).

A variação entre formas do indicativo (*fala, bebe, sai*) e formas do subjuntivo (*fale, beba, saia*) para expressar o imperativo está diretamente associada à variação no uso desses modos em orações subordinadas (ALVES NETA, 2000; MEIRA, 2006; CARVALHO, 2007; BARBOSA, 2011; PIMPÃO, 2012) e à variação dos pronomes pessoais *tu* e *você* (PAREDES SILVA, 2000; SCHERRE, 2008). Entretanto o que se observa no português brasileiro é um uso divergente do que preconiza a tradição gramatical, pois formas do indicativo, prescritas para o pronome *tu*, são empregadas associadas ao pronome *você*. Tal afirmação, embora o

1 Professora e pesquisadora da Universidade Estadual de Feira de Santana (graduação e pós-graduação) e da Universidade Federal da Bahia (pós-graduação). Integrante do Projeto ALiB, desenvolve pesquisas na área da Sociolinguística.

imperativo dispense o uso do pronome, pode ser feita a partir do que já se sabe sobre a distribuição, pelo menos diatópica, da variação *tu ~ você* (SCHERRE et alii, 2013), inclusive na Carta M02 ‘Tratamento do interlocutor’ (*Tu e você*, nas capitais), que integra o volume 2 (p. 59) do *Atlas linguístico do Brasil* (CARDOSO et alii, 2014b).

Assim, os objetivos desta pesquisa são: a) mapear o uso variável do imperativo no Brasil; b) analisar a relação entre esse uso e as variáveis sociais sexo/gênero, faixa etária e escolaridade; c) analisar o papel de variáveis linguísticas que atuam na escolha das variantes; e d) verificar relações entre áreas dialetais de *tu* e/ou *você* com áreas dialetais de formas de indicativo e/ou formas de subjuntivo.

Para tanto, a partir do quadro teórico-metodológico da sociolinguística variacionista (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 2006[1968]; LABOV, 2008[1972]) e da geolinguística pluridimensional, são examinados dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB).

Esta pesquisa se justifica não só por contribuir com o Projeto ALiB mas também por investigar um fenômeno que se apresenta variável dentro do Nordeste. Salvador, por exemplo, caracteriza-se pelo uso da forma de imperativo verbal associada ao subjuntivo, ao passo que São Luís, por exemplo, caracteriza-se pela realização do imperativo verbal associado ao indicativo (OLIVEIRA, 2015). Muitos falantes são reconhecidos e, às vezes, discriminados pela sua forma de falar. E a realização do imperativo verbal com a forma de subjuntivo é um dos traços considerados como marcas regionais. Uma evidência disso é o fato de os falantes do Sudeste, pelo menos os das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, considerarem os baianos “folgados² e mandões”. Mapear, portanto, geo-sociolinguisticamente a Região Nordeste contribuirá para uma descrição da realidade linguística da população brasileira. Só a partir de uma visão com base em dados empíricos é que se pode discutir e combater o preconceito linguístico e (re)pensar a postura do professor e o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa em relação à variação linguística.

Especificamente neste texto, apresentam-se os resultados da análise dos dados das capitais do Nordeste brasileiro, região em que o fenômeno se configura como variável e onde se documenta um uso ainda produtivo do imperativo associado à forma de subjuntivo (OLIVEIRA, 2015).

1 O imperativo verbal no Brasil

De acordo com a prescrição gramatical, o modo imperativo, que não se aplica à primeira pessoa do singular, expressa ordem, desejo, pedido, conselho, instru-

2 No sentido de “autoritários” (experiência vivida pela autora).

ção etc. e apresenta-se sob duas formas: imperativo afirmativo e imperativo negativo. O imperativo afirmativo é formado a partir do presente do indicativo (para a segunda pessoa do singular e para a segunda pessoa do plural) e do presente do subjuntivo (para as demais pessoas). No caso das segundas pessoas, deve-se suprimir o -s final das formas do presente do indicativo. O imperativo negativo é formado a partir do presente do subjuntivo (para todas as pessoas). Assim, o modo imperativo seria formado como exemplificado com o verbo *cantar*, no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 Formação do modo imperativo segundo a prescrição gramatical.

Imperativo afirmativo	Imperativo negativo
canta (tu)	não cantes (tu)
cante (você)	não cante (você)
cantemos (nós)	não cantemos (nós)
cantai (vós)	não canteis (vós)
cantem (vocês)	não cantem (vocês)

No português brasileiro atual, observa-se o desuso do pronome *vós* e, conseqüentemente, das formas verbais a ele associadas. Além disso, como dito na Introdução deste texto, há uma alternância dos pronomes *tu* e *você* em referência à segunda pessoa do singular e há uma alternância entre os modos indicativo e subjuntivo em estruturas de subordinação.

Segundo a prescrição da gramática tradicional, a forma imperativa subjuntiva (*pegue, diga, vá*) deveria ser usada associada ao pronome de segunda pessoa *você*, ao passo que a forma imperativa indicativa (*pega, diz, vai*) deveria ser usada quando o falante usa o *tu* como pronome de segunda pessoa. Entretanto, na fala cotidiana dos brasileiros, essa regra da chamada “norma padrão” não é sempre seguida.

No caso do imperativo verbal, documenta-se uma variação entre as formas de indicativo e subjuntivo na segunda pessoa do singular que não condiz necessariamente com a distribuição do emprego de *tu* e *você*. Ou seja, em comunidades que usam, preferencialmente, o *você*, atesta-se o predomínio da forma indicativa (prescrita para o pronome *tu*), como é o caso do Sudeste e do Centro-Oeste do Brasil (SCHERRE et alii, 2007).

Segundo Scherre et alii (2007), que assumem a terminologia “imperativo verdadeiro” para a forma de indicativo e “imperativo supletivo” para a forma de subjuntivo, a alternância entre essas formas verbais é um marcador geográfico e independe de maior ou menor grau de distanciamento entre os interlocutores, diferentemente do que se atesta para o português europeu:

Enquanto formas do imperativo verdadeiro predominam no Sudeste, no Centro-Oeste e em áreas do Sul, formas do imperativo supletivo são mais frequentes no Nordeste. Além disso, depreende-se uma situação em que o traço [+ distanciamento], verificado na expressão do imperativo no português europeu, em articulação com o sistema pronominal, não parece ser relevante ou se evidencia mais difuso e menos codificado no português brasileiro. (SCHERRE et alii, 2007, p. 204)

Assim, o que se observa é que, num mesmo contexto discursivo, ambas as formas (de indicativo e de subjuntivo) podem ser empregadas, como atestam os exemplos das falas de Brasília (1) e (2) e Fortaleza (3) e (4) apresentados pelos autores supracitados (SCHERRE et alii, 2007, p. 206):

- (1) Ah! É? Então *faz* o que você quiser!
- (2) *Faça* aquilo que você achar melhor!
- (3) Mulher, me *diz* aí o dia que tu vem com a Tânia!
- (4) *Olhe* minha filha mas... se ele num tem problema não... eu mandei ele fazer esse teste pra saber comé ele está, mas ele já está matriculado no Batista... Tu já pensou...

Essa mesma alternância é verificada também em dados de língua escrita. Analisando peças teatrais, Sampaio (2004) atesta uma distribuição geográfica das formas de imperativo verbal: peças cariocas apresentam até 95% de uso da forma de indicativo e peças baianas apresentam até 83% de uso da forma de subjuntivo (SAMPAIO, 2004, p. 148-157).

Considerando, pois, que a variação na expressão do imperativo verbal, além de contar com a atuação de variáveis linguísticas estruturais, é marcadamente influenciada pela variável diatópica, atestando muitos trabalhos o predomínio do uso da forma de subjuntivo no Nordeste, esta pesquisa centra-se nessa região, analisando dados, primeiramente, das capitais de Estado em inquéritos recolhidos do Projeto ALiB.

2 Aporte teórico-metodológico

No começo do século XIX, a Dialectologia se firma como ramo dos estudos linguísticos, assumindo uma metodologia de cunho monodimensional que prioriza a diatopia e considera como *locus* privilegiado da investigação áreas rurais, como se vê no *Atlas linguístico da França* (1902-1910). Tal linha metodológica expande-se pela Europa e chega, também, à América.

Embora a importância das variáveis sociais, como sexo/gênero, faixa etária e escolaridade, se tenha feito sentir desde os primeiros momentos – o Abbé Rousselot, em finais do século XIX, já manifestava esse tipo de preocupação –, os

resultados cartografados não registravam essa variação. É o atlas de Hans Kurath, o *Linguistic atlas of New England*, elaborado entre 1939-1943, que inaugura a presença de outras variáveis, que não a diatópica, nas cartas linguísticas, marcando, assim, o caminho da pluridimensionalidade.

Tal tendência metodológica vem a ganhar corpo, particularmente, a partir dos anos 60 do século XX, momento em que a Sociolinguística Variacionista, liderada por William Labov, dá ênfase à relação língua – fatores sociais, contribuindo para a implementação de novas diretrizes na metodologia dialetal, sobretudo no que diz respeito à exclusividade dada, no seu início, à dimensão horizontal (geográfica) na análise da fala. Os estudos geolinguísticos começaram, então, a adotar não só alguns pressupostos metodológicos da Sociolinguística (as variáveis sociais) como também sentiram a necessidade de incluir diferentes níveis de interlocução, buscando documentar a variação diafásica, como bem ilustram o *Atlas lingüístico diatópico y diastrático del Uruguay*, publicado por Thun e Elizaincín, em 2000, e o *Atlas lingüístico do Brasil*, projeto em desenvolvimento.

A ideia do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) foi retomada em 1996, no *Seminário Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*, ocasião em que foram apontadas três razões para o seu empreendimento: a) a inexistência de uma caracterização geral do português do Brasil a partir de dados coletados *in loco*; b) a ausência de dados que permitissem traçar uma divisão dialetal do País; e c) a necessidade do conhecimento da multidimensionalidade da língua do País para precisar e demarcar espaços geolinguísticos e para um melhor equacionamento da realidade de cada área e do ensino de Língua Portuguesa (CARDOSO, 1996). A seguir, descreve-se sumariamente a metodologia adota pelo Projeto ALiB.

2.1 O projeto ALiB

O Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) objetiva cartografar o país, documentando e analisando o português brasileiro em vários níveis linguísticos. Utilizando uma metodologia pluridimensional, investiga os vinte e seis estados brasileiros e considera, ao lado da variável diatópica, outras variáveis sociais, tais como sexo/gênero, faixa etária e escolaridade do informante.

O ALiB, projeto nacional de caráter interinstitucional, nasce, então, com objetivos linguísticos e também político-sociais, a seguir elencados: a) descrever a realidade da língua portuguesa do Brasil; b) estabelecer isoglossas com vistas a traçar a divisão dialetal do Brasil; c) examinar os dados coletados em interface com outros ramos do conhecimento (história, sociologia, antropologia etc.) para fundamentar posturas teóricas sobre a natureza da implantação e desenvolvimento do português brasileiro; d) oferecer um volume de dados aos lexicógrafos, gramáticos, autores de livros didáticos, professores e demais interessados pelos

estudos linguísticos; e e) contribuir para o entendimento da língua portuguesa no Brasil como instrumento social de comunicação diversificado, possuidor de várias normas de uso (COMITÊ NACIONAL, 2001, p. 16).

Deu-se, então, curso ao cumprimento do Decreto nº 30.643, de 20 de março de 1952, que apresenta, em seu Artigo 3º, como principal finalidade da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa, a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil, determinação regulamentada pela Portaria nº 536, de 20 de maio do mesmo ano.

Atualmente, todo o *corpus* já está constituído e os dois primeiros volumes – Volume I - Introdução e Volume II - Cartas linguísticas – do ALiB já foram publicados (CARDOSO et alii, 2014a e 2014b, respectivamente). O Projeto tem contado com o apoio financeiro de órgãos como CNPq³, CAPES⁴, FAPESB⁵ e Fundação Araucária⁶ bem como com o auxílio proveniente das universidades de origem dos pesquisadores envolvidos.

Foram realizadas gravações com 1.100 informantes distribuídos por 250 localidades espalhadas pelos 8.500.000 km² do país, aí incluídas todas as capitais (com exceção de Palmas – TO e Brasília – DF por serem cidades novas, a primeira criada em 1989 e a segunda fundada em 1960), perfazendo um total de aproximadamente 3.300 horas de gravação. Os informantes são estratificados pelos dois sexos/gêneros, por duas faixas etárias (Faixa 1: 18 a 30 anos e Faixa 2: 50 a 65 anos) e por dois níveis de escolaridade (fundamental e universitário).

Quanto às entrevistas, foram aplicados um questionário fonético-fonológico (incluindo questões de prosódia), um questionário semântico-lexical (versando sobre várias áreas temáticas) e um questionário morfossintático, além de questões de pragmática, de discursos semidirigidos (com relatos pessoais), de perguntas metalinguísticas e de um texto para leitura. Os inquéritos têm duração aproximada de três horas de gravação.

Neste momento do Projeto ALiB, diversos pesquisadores de todo o País analisam variados fenômenos linguísticos em dados do *corpus* e estão em andamento os próximos volumes do ALiB.

2.2 As variáveis controladas

Para esta pesquisa, foram recolhidos dados de um total de 72 informantes distribuídos pelos dois sexos/gêneros, por duas faixas etárias (18-30 anos e 50-65 anos) e por dois níveis de escolaridade (nível fundamental e nível universitário),

3 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (antigo Conselho Nacional de Pesquisa).

4 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior.

5 Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia.

6 Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná.

sendo 8 de cada capital (São Luís-MA, Teresina-PI, Fortaleza-CE, Natal-RN, João Pessoa-PB, Recife-PE, Maceió-AL, Aracaju-SE e Salvador-BA).

Como se trata de uma pesquisa de cunho geo-sociolinguístico, foram consideradas, além da variável diatópica (as nove capitais nordestinas já listadas), variáveis linguísticas e sociais para a análise do fenômeno, que estão apresentadas no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 Variáveis linguísticas e sociais controladas.

Variáveis linguísticas	Variáveis sociais
<u>Polaridade da sentença:</u> imperativo afirmativo, imperativo negativo	<u>Escolaridade:</u> nível fundamental, nível superior
<u>Extensão fonológica do verbo:</u> 1 sílaba, 2 sílabas, 3 sílabas, 4 ou mais sílabas	<u>Sexo/gênero:</u> masculino, feminino
<u>Paradigma verbal:</u> verbos regulares, verbos irregulares	<u>Faixa etária:</u> 18 a 30 anos (faixa 1), 50 a 65 anos (faixa 2)
<u>Clíticos:</u> próclise, ênclise, ausência	

A análise quantitativa dos dados foi feita com o auxílio do Programa Gold-Varb X (SANKOFF, TAGLIAMONTE e SMITH, 2005), ferramenta computacional utilizada para a análise estatística de fenômenos linguísticos variáveis, que gera como resultados não só a frequência dos dados mas também os pesos relativos de cada fator controlado nas variáveis.

Considerando que a forma de imperativo associada ao subjuntivo é a mais conservadora e a que predomina no Nordeste brasileiro (OLIVEIRA, 2015), assumiu-se como regra de aplicação a forma do indicativo (considerada inovadora, quando associada ao pronome *você*, que também predomina nas capitais da região analisada), com o intuito de verificar quais os contextos de sua entrada e espraiamento no sistema linguístico.

3 Análise dos dados

Ouvidos os 72 inquéritos, foram levantados 753 dados, sendo 233 de imperativo com a forma de indicativo (31%) e 520 de imperativo com a forma de subjuntivo (69%), como ilustrado no Gráfico 1, a seguir:

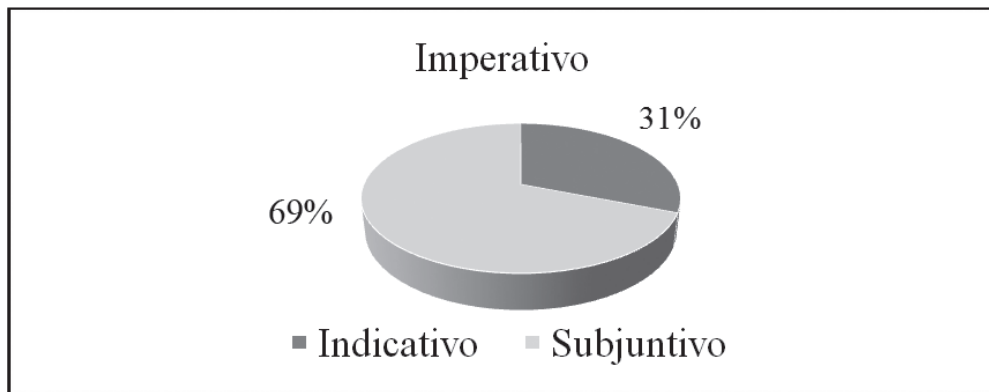


Gráfico 1 Distribuição geral dos dados.

Submetendo os dados à rodada no GoldVarb X, tendo como regra de aplicação a forma de imperativo associada ao indicativo, o *input* inicial foi 0,309, o *input* final foi 0,286, o *log likelihood* foi -411.118 e o nível de significância foi 0,015. O Programa selecionou como estatisticamente relevantes as seguintes variáveis, nesta ordem: ‘Cidade’, ‘Polaridade da sentença’, ‘Escolaridade’ e ‘Paradigma verbal’.

Assim, pode-se ver que se trata de um fenômeno marcado dialetalmente, já que a variável diatópica (‘Cidade’) foi a primeira selecionada. Quanto às variáveis linguísticas, duas foram selecionadas (‘Polaridade da sentença’ e ‘Paradigma verbal’). No que tange às variáveis sociais, apenas uma foi selecionada (‘Escolaridade’), em penúltimo lugar.

Nas seções seguintes, apresentam-se os resultados para cada variável selecionada, começando pela diatópica, seguida das linguísticas e, por fim, a social. Quanto às variáveis descartadas, não serão comentadas neste texto, mas terão uma análise qualitativa refinada posteriormente nesta pesquisa, que está em andamento.

3.1 A variável ‘Cidade’

O fato de a variável diatópica ter sido selecionada em primeiro lugar pelo Programa GoldVarb X ratifica o que outros estudos mostraram acerca da distribuição geográfica das formas de indicativo e de subjuntivo para a expressão do imperativo verbal.

Considerando as nove capitais nordestinas do Brasil, os resultados obtidos estão expostos na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 Forma de imperativo associada ao indicativo e ‘Cidade’.

Cidade	Ocorrências/ Total	Percentual	Peso relativo
São Luís	52/76	68%	0,849
Fortaleza	31/69	45%	0,661
Teresina	21/71	30%	0,500
Recife	26/91	29%	0,490
Maceió	27/96	28%	0,469
João Pessoa	19/77	25%	0,419
Salvador	27/115	24%	0,417
Aracaju	20/91	22%	0,412
Natal	10/67	15%	0,275

Conforme os resultados encontrados, o imperativo com a forma de indicativo é favorecido apenas em duas capitais, São Luís e Fortaleza, com pesos relativos de 0,849 e 0,661, respectivamente. Teresina e Recife apresentam pesos relativos no chamado ponto neutro e as demais cidades inibem essa forma, com destaque para Natal, que apresenta o menor peso e o menor percentual da forma considerada inovadora.

Quanto a São Luís, pode-se dizer que o alto índice de aplicação da regra de imperativo associado ao indicativo decorre do fato de predominar nessa capital o uso do pronome de segunda pessoa *tu* com concordância expressa nos verbos que o acompanham.

Em Fortaleza, segundo Scherre (2007, p. 203-206), também predomina o uso do pronome *tu*, tendo o pronome *você* usos minimamente menos informais, o que talvez explique a atuação da regra de imperativo com forma de indicativo nessa cidade.

Nas demais capitais nordestinas, todas com uso preferencial do pronome *você*, os baixos índices de uso da forma de imperativo associada ao indicativo corroboram seu caráter conservador do ponto de vista linguístico, o que tem sido explicado pela situação social, econômica e política da região Nordeste como um todo no cenário nacional, refletida nos usos da linguagem.

3.2 A variável ‘Polaridade da sentença’

O controle da variável ‘Polaridade da sentença’ justifica-se pelo fato de a presença ou a ausência de negação (e sua posição na oração) ser um aspecto rele-

vante na análise da alternância das formas de imperativo. Segundo Scherre et alii (2007, p. 212),

estudos variacionistas demonstram [...] que, em termos de tendências, as construções imperativas negativas favorecem o uso do imperativo supletivo [subjuntivo] [...]. Inversamente, as construções imperativas afirmativas favorecem, relativamente, o uso do imperativo verdadeiro [indicativo] [...].

Foram encontradas no *corpus* aqui analisado dados de sentenças afirmativas e negativas tanto com imperativo associado à forma indicativa como com imperativo associado à forma subjuntiva, conforme os exemplos a seguir:

Imperativo afirmativo

- (5) Oh! Fulana, *traz* aí um copinho de guaraná pra mim!
- (6) Garçon, me *traga* uma... um guaraná Antártica, diet, por favor!
- (7) *Lava* essa alface pra mim, por favor!
- (8) *Lave* esse alface pra mim, por favor!

Imperativo negativo

- (9) Não *faz* isso!
- (10) Não *faça* isso!
- (11) Não *mexe* aí, menino!
- (12) Menino, não *mexa* aí!

A hipótese aventada para este grupo de fatores foi a de que o imperativo associado à forma de indicativo fosse favorecido em sentenças afirmativas e inibido em sentenças negativas, pois estas, de acordo com a prescrição gramatical, requerem o uso da forma subjuntiva.

Os resultados encontrados estão exibidos na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2 Forma de imperativo associada ao indicativo e 'Polaridade da sentença'.

Polaridade da sentença	Ocorrências/ Total	Percentual	Peso relativo
Afirmativa	219/659	33%	0,533
Negativa	14/94	15%	0,286

De acordo com os resultados encontrados, a hipótese assumida foi confirmada, pois, em estruturas afirmativas, a forma de imperativo associada ao indicativo é favorecida, com peso relativo de 0,533. Já as sentenças com polaridade negativa inibem o imperativo associado ao indicativo, com peso relativo de 0,286.

3.3 A variável ‘Paradigma verbal’

Os verbos regulares, mais frequentes no paradigma da 1ª conjugação (com vogal temática *-a*), apresentam menor saliência fônica entre as formas do indicativo e do subjuntivo (*canta/cante*). Já os verbos irregulares (também conhecidos como verbos de padrão especial), mais produtivos na 2ª e na 3ª conjugações (com vogais temáticas respectivas *-e* e *-i*), são mais salientes fonologicamente quando observada a alternância entre as formas dos dois modos (*traz/traga; vem/venha*).

Pesquisas sobre a variação na expressão do imperativo verbal têm considerado a variável ‘Paradigma verbal’ ou ‘Saliência fônica’ ou ainda ‘Vogal temática’, com o intuito de verificar se a maior ou menor diferença entre as formas de indicativo e de subjuntivo atuam na seleção das formas imperativas.

Cardoso (2009) afirma que:

A tendência encontrada nas pesquisas é de que verbos da primeira conjugação tendem a favorecer o uso do imperativo associado ao indicativo com formas do tipo *leva, canta* (considerando as restrições da vogal precedente descritas acima); enquanto a tendência observada nos verbos das demais conjugações é de favorecimento do imperativo na forma subjuntiva, considerando as restrições impostas pelo princípio da saliência fônica: a) verbos com oposição mais marcada (perceptível) do tipo *faz/faça; diz/diga* tendem a favorecer o uso de imperativo associado ao subjuntivo; verbos com oposição menos marcada do tipo *dá/dê; vai/vá* tendem a favorecer o imperativo associado ao indicativo. (CARDOSO, 2009, p. 44-45)

Santos e Lucchesi (2007), examinando a expressão do modo imperativo em quatro comunidades afro-brasileiras isoladas do Estado da Bahia (Cinzento, Sapé, Helvécia e Rio de Contas), atestam que a forma de imperativo associada ao subjuntivo apresenta um índice de maior de uso com verbos de níveis mais elevados de saliência fônica.

Assim, assumiu-se, nesta pesquisa, como hipótese que os verbos regulares favoreceriam o imperativo associado ao indicativo e que, conseqüentemente, os verbos irregulares o inibiriam, favorecendo o uso da forma subjuntiva.

Seguem exemplos das variantes com verbos regulares e com verbos irregulares:

Verbos regulares

(13) Menino, *entra!* Você vai ficar doente!

(14) Menino, *entre* pra não se molhar!

(15) *Fecha* a porta!

(16) *Feche* a porta, por favor!

Verbos irregulares

(17) Não *faz* barulho!

(18) Não *faça* barulho!

(19) *Vem* tomar café comigo!

(20) *Venha* tomar café comigo e meu marido!

Computados os dados do *corpus* analisado, foram encontrados os resultados apresentados na Tabela 3, a seguir:

Tabela 3 Forma de imperativo associada ao indicativo e ‘Paradigma verbal’.

Paradigma verbal	Ocorrências/ Total	Percentual	Peso relativo
Regular	132/349	38%	0,558
Irregular	101/404	25%	0,450

De acordo com os resultados obtidos, a hipótese foi confirmada, pois os verbos regulares (que são os menos salientes e que pertencem, predominantemente à 1ª conjugação) favorecem a aplicação da regra de imperativo associado à forma de indicativo, com peso relativo de 0,558. Quanto aos verbos irregulares (de maior saliência fônica e mais produtivos na 2ª e na 3ª conjugações), inibem a forma indicativa, sendo, portanto, contexto de resistência do imperativo associado à forma de subjuntivo.

3.4 A variável ‘Escolaridade’

Considerando que a variação e a mudança linguísticas são também influenciadas por fatores extralinguísticos, a variável social ‘Escolaridade’ foi controlada com o intuito de verificar a atuação da escola no emprego das formas de imperativo gramatical, já que o pronome *você*, forma que predomina em quase todas as capitais nordestinas, seleciona, pela prescrição gramatical, a forma de imperativo associada ao subjuntivo.

Esta variável mostrou-se relevante, uma vez que foi a terceira selecionada pelo Programa GoldVarb X na rodada dos dados e a única variável social estatisticamente significativa, já que foram descartadas as variáveis ‘Sexo/gênero’ e ‘Faixa etária’.

Os resultados de Jesus (2006), em seu estudo sobre a expressão do imperativo em Recife, atestam que quanto maior o nível de escolaridade do falante maior o uso da forma de imperativo associada ao subjuntivo, forma considerada padrão.

Já Sampaio (2001), analisando o uso variável do imperativo em dados de Salvador e do Rio de Janeiro, constatou, ao contrário da hipótese aqui aventada, que os falantes mais escolarizados favoreceram a forma de imperativo associada

ao indicativo, o que foi explicado pela autora em função da ausência de estigma nesse fenômeno variável, da influência da mídia (já que é a forma indicativa que predomina no Sudeste brasileiro) e do contato dialetal dos falantes (em viagens).

Cardoso (2009) também atesta maior uso do imperativo associado à forma de indicativo entre falantes mais escolarizados no Distrito Federal.

Os resultados a que se chegou com a análise dos dados das capitais nordestinas estão expostos na Tabela 4, a seguir:

Tabela 4 Forma de imperativo associada ao indicativo e ‘Escolaridade’.

Nível de escolaridade	Ocorrências/ Total	Percentual	Peso relativo
Fundamental	136/392	35%	0,559
Superior	97/361	27%	0,436

Conforme se pode ver na Tabela 4, os falantes com nível de escolaridade fundamental favorecem o uso do imperativo associado ao indicativo, com peso relativo de 0,559. Já os informantes com nível superior inibem a forma inovadora, o que confirma que a escola vem desempenhando seu papel de ensinar a chamada norma padrão, prescrita pela tradição gramatical. Cumpre ressaltar que a pouca diferença, tanto em termos de percentuais como em termos de pesos relativos, entre os dois níveis de escolaridade ratifica que a variação entre as formas de imperativo verbal é desprovida de estigma social, como afirmam Sampaio (2001) e Cardoso (2009).

4 Conclusões

Esta análise ainda é preliminar, mas os resultados a que se chegou permitem que algumas generalizações já possam ser feitas. Com base nos dados aqui analisados, corrobora-se a afirmação de Oliveira (2015) de que o Nordeste ainda prefere a forma de subjuntivo para exprimir o imperativo verbal (69% dos dados), sendo a forma de indicativo inovadora (31% dos dados) para exprimir o imperativo.

Quanto à variável diatópica, a mais significativa estatisticamente, já que foi a primeira selecionada pelo Programa GoldVarb X, a forma de imperativo associada ao indicativo é favorecida apenas nas cidades de São Luís (peso relativo de 0,849) e Fortaleza (peso relativo de 0,661).

O fenômeno parece ser estável no português do Brasil e condicionado à variável geográfica, ou seja, há localidades em que predomina a realização da forma indicativa e há localidades em que predomina a realização da forma subjuntiva. Trata-se, portanto, de uma isoglossa que permite a delimitação de áreas dialetais do Brasil – um dos objetivos centrais do Projeto ALiB.

Quanto às variáveis sociais controladas nesta pesquisa – ‘Sexo/gênero’, ‘Faixa etária’ e ‘Escolaridade’ –, apenas esta última apresentou-se como relevante para a expressão variável do imperativo verbal. A forma associada ao indicativo é levemente favorecida pelos informantes menos escolarizados (peso relativo de 0,559). Como a faixa etária do informante foi descartada pelo Programa GoldVarb X, não se pode falar em mudança em curso.

Quanto às variáveis linguísticas, a forma de imperativo associada ao indicativo é favorecida nas frases afirmativas (peso relativo de 0,533), como era esperado, e com verbos regulares (peso relativo de 0,558), que são os de menor saliência fônica entre as formas de indicativo e de subjuntivo.

É preciso avançar a pesquisa nas outras cidades (além das capitais) e considerar outras variáveis, como a presença/ausência de âncora discursiva, a presença/ausência de vocativo, a imediatez da ação solicitada, a parte do inquérito e o tipo de discurso (se enunciado real, hipotético ou reproduzido).

Referências

- ALVES NETA, A. *O uso de formas do indicativo por formas do subjuntivo no português brasileiro*. Belo Horizonte: UFMG, 2000 (Dissertação de Mestrado).
- BARBOSA, A. F. *Alternância de formas indicativas e subjuntivas na fala de Vitória-ES*. Vitória: UFES, 2011 (Dissertação de Mestrado).
- CARDOSO, B. *Um estudo variacionista sobre as formas verbais imperativas nas cidades de Florianópolis e Lages: uma questão de encaixamento?* Florianópolis: UFSC, 2012 (Dissertação de Mestrado).
- CARDOSO, D. B. B. *Variação no uso do modo imperativo: análise de dados em textos de José J. Veiga*. Brasília: UnB, 2004 (Dissertação de Mestrado).
- CARDOSO, D. B. B. *Variação e mudança no imperativo do português brasileiro: gênero e identidade*. Brasília: UnB, 2009 (Tese de Doutorado).
- CARDOSO, D. B. B.; SCHERRE, M. M. P. Gênero e identidade no contato linguístico de fortalezenses com a fala brasiliense: o caso do imperativo gramatical. *Papia*, v. especial, 2011, p. 25-43.
- CARDOSO, S. A. M. S. O Atlas Linguístico do Brasil: uma questão política. *Atas do Seminário Nacional Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*. Salvador: UFBA, 1996, p. 87-96.1996.

- CARDOSO, S. A. M. S. et alii. *Atlas linguístico do Brasil*, v. 1 (Introdução). Londrina: EDUEL, 2014a.
- CARDOSO, S. A. M. S. et alii. *Atlas linguístico do Brasil*, v. 2 (Cartas linguísticas 1). Londrina: EDUEL, 2014b.
- CARVALHO, H. M. *A alternância indicativo/subjuntivo nas orações substantivas em função dos tempos verbais presente e imperfeito na língua falada do Cariri*. Fortaleza: UFC, 2007 (Tese de Doutorado).
- COMITÊ NACIONAL. *Atlas linguístico do Brasil*. Questionários 2001. Londrina: EDUEL, 2001.
- EVANGELISTA, E. M. *Fala, Vitória! A variação do imperativo na cidade de Vitória-ES e sua posição no cenário nacional*. Vitória: UFES, 2009 (Dissertação de Mestrado).
- FARACO, C. A. Considerações sobre a sentença imperativa no português do Brasil. *D.E.L.T.A.*, vol. 2, n. 1, 1986, p. 1-15.
- JESUS, E. T. *O Nordeste na mídia e os estereótipos linguísticos: estudo do imperativo na novela Senhora do Destino*. Brasília: UnB, 2006 (Dissertação de Mestrado).
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. de Marcos Bagno, Maria Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].
- LIMA, D. P. S. *O uso do modo imperativo na fala de Campo Grande – MS*. Dissertação de Mestrado. Brasília/Campo Grande: UnB/UNIDERP, 2005.
- MATTOS, A.; WICKERT, A. A variação de imperativo na obra de Chico Buarque de Hollanda. *Papéis: Revista Letras*, n. 7, 2003, p. 29-38.
- MEIRA, V. *O uso do modo subjuntivo em orações relativas e completivas no português afro-brasileiro*. Salvador: UFBA, 2006 (Dissertação de Mestrado).
- OLIVEIRA, J. M. A expressão variável do imperativo gramatical nas capitais brasileiras. Comunicação apresentada no Encontro Intermediário do GT de Sociolinguística da ANPOLL. Porto Alegre, PUC-RS, 4-6 nov. 2015 (inédito).

- PAREDES SILVA, V. L. et alii. Variação na 2ª pessoa: o pronome sujeito e a variação do imperativo. *Gragoatá*, n. 9, Niterói, 2000, p. 115-123.
- PIMPÃO, T. S. *Uso variável do presente do modo subjuntivo: uma análise de amostras de fala e escrita das cidades de Florianópolis e Lages nos séculos XIX e XX*. Florianópolis: UFSC, 2012 (Tese de Doutorado).
- ROST-SNICHELOTTO, C. A. *Olha e vê: caminhos que se entrecruzam*. Florianópolis: UFSC, 2009 (Tese de Doutorado).
- SAMPAIO, D. A. *Modo imperativo: sua manifestação/expressão no português contemporâneo*. Salvador: UFBA, 2001 (Dissertação de Mestrado).
- SAMPAIO, D. A. *A expressão do imperativo no português do século XVI ao século XX*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2004 (Tese de Doutorado).
- SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. *GoldVarb X – a multivariate analysis application*. 2005. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics.
- SANTOS, L. L.; LUCCHESI, D. O uso do modo imperativo no português afro-brasileiro. Comunicação apresentada na 14ª Jornada Nacional de Iniciação Científica. Belém, UFPA, 2007 (inédito).
- SCHERRE, M. M. P. Norma e uso – o imperativo gramatical no português brasileiro. In: DIETRICH, W.; NOLL, V. (Org). *O português do Brasil – perspectivas da pesquisa atual*. Madrid/Frankfurt am Main: Iberoamericana/Vervuert, 2004a, p. 231-260.
- SCHERRE, M. M. P. O imperativo gramatical no português brasileiro: reflexo de mudança linguística na escrita de revistas em quadrinhos. *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 2004b, p. 699-771.
- SCHERRE, M. M. P. Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no português brasileiro. *Alfa*, v. 51, São Paulo, 2007, p. 189-222.

- SCHERRE, M. M. P. O imperativo gramatical no português brasileiro: reflexo de mudança linguística na escrita de revistas em quadrinhos. In: VOTRE, S.; RONCARATI, C. N. (Org.). *Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, p. 306-319.
- SCHERRE, M. M. P. et alii. Restrições sintáticas e fonológicas na expressão variável do imperativo no português do Brasil. II Congresso Nacional da ABRALIN e XIV Instituto Linguístico. *Anais...* Florianópolis, 2000, p. 1333-1347 (publicação em CD).
- SCHERRE, M. M. P. et alii. Reflexões sobre o imperativo em português. *D.E.L.T.A.*, v. 23, 2007, p. 193-241.
- SCHERRE, M. M. P. et alii. *Tu, você, cê e ocê* na variedade brasiliense. *Papia*, v. especial, Brasília, 2011, p. 117-134.
- SCHERRE, M. M. P. et alii. Subsistemas pronominais: *você, cê, ocê* e *tu* no português brasileiro falado. Comunicação apresentada no PLUS – Portuguese Linguistics of the United States. Athens, University of Georgia, 14-16 nov. 2013 (inédito).
- WEINREICH, U; LABOV, W; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

